



REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 090/2025

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com garantia da União, no âmbito do Programa para Aumento da Resiliência Climática e Redução de Risco de Desastres em Santa Catarina, e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com garantia da União, até o valor de US\$ 119.200.000,00 (cento e dezenove milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América), no âmbito do Programa para Aumento da Resiliência Climática e Redução de Risco de Desastres em Santa Catarina, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à da União, à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irreatável, a modo *pro solvendo*, as receitas discriminadas no § 4º do art. 167 da Constituição da República, no que couber, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito de que trata esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento do Estado ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 32 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais relativos à operação de crédito de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 5º Fica o Governador do Estado autorizado a abrir créditos adicionais destinados ao pagamento de obrigações decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 6º Fica o Governador do Estado autorizado a promover as adequações necessárias na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025 (LOA 2025) e no Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027 (PPA 2024-2027) para atender ao disposto nesta Lei.



Art. 7º Em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 115 da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Lei apresenta a projeção dos valores a serem considerados nos orçamentos anuais durante o prazo para liquidação da operação de crédito autorizada por esta Lei, os quais estarão sujeitos às alterações das taxas de juros, às atualizações monetárias e a outros ajustes previstos contratualmente.

Parágrafo único. Os valores constantes do Anexo Único desta Lei serão convertidos para real pela cotação do dólar dos Estados Unidos da América das datas dos efetivos ingressos ou dos desembolsos dos recursos.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de abril de 2025.

Deputado **PEPÊ COLLAÇO**
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça



ANEXO ÚNICO
CRONOGRAMA FINANCEIRO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

EXERCÍCIOS	RECEBIMENTOS	AMORTIZAÇÕES	Em US\$ 1,00
			JUROS
2025	9.155.200,00	-	101.816,67
2026	24.971.200,00	-	834.562,30
2027	32.616.000,00	-	2.557.705,86
2028	26.145.600,00	-	4.811.725,49
2029	14.697.600,00	-	6.612.563,94
2030	11.614.400,00	2.980.000,00	8.027.721,52
2031	-	5.960.000,00	8.112.104,56
2032	-	5.960.000,00	7.695.617,01
2033	-	5.960.000,00	7.269.281,59
2034	-	5.960.000,00	6.847.870,11
2035	-	5.960.000,00	6.426.458,61
2036	-	5.960.000,00	6.008.906,43
2037	-	5.960.000,00	5.583.635,65
2038	-	5.960.000,00	5.162.224,16
2039	-	5.960.000,00	4.740.812,67
2040	-	5.960.000,00	4.322.195,85
2041	-	5.960.000,00	3.897.989,72
2042	-	5.960.000,00	3.476.578,21
2043	-	5.960.000,00	3.055.166,73
2044	-	5.960.000,00	2.635.485,29
2045	-	5.960.000,00	2.212.343,76
2046	-	5.960.000,00	1.790.932,27
2047	-	5.960.000,00	1.369.520,79
2048	-	5.960.000,00	948.774,71
2049	-	5.960.000,00	364.566,07
2050	-	2.980.000,00	105.286,33
TOTAL	119.200.000,00	119.200.000,00	104.971.846,29

BIRD - 1,44% a.a.+ SOFR 5,38% a.a.

Comissão de Compromisso de 0,25% a.a.